

# Uma breve apresentação do Haiti

*Ismane Desrosiers\**

O Haiti é a República mais velha das Américas depois dos Estados Unidos, localiza-se na região central do Caribe insular, faz fronteira com a República Dominicana ao Leste, Cuba ao Oeste, Mar do Caribe ao Sul e Oceano Atlântico ao Norte. O Haiti ocupa um território de 27.750 km<sup>2</sup>, dividido em dez Departamentos (estados) e, segundo dados demográficos do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI, 2018), o país conta com uma população de 11 milhões de habitantes, dentre os quais 52% vive em áreas urbanas. Em 2018, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Haiti ocupava o último lugar no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países da América Latina e do Caribe, bem como apresentava um dos IDHs mais baixos do mundo. Dessa maneira, cremos que a situação atual do país pode ser entendida a partir de uma análise de processos, externos e internos, de dominação, sobretudo externos, uma vez que o Haiti foi a colônia mais próspera das Américas, e a França, no século XVII, obteve o controle sobre a parte Oeste da ilha extraindo a maior parte de suas riquezas durante o chamado processo de acumulação primitiva do capital (MARX, 1988) que gerou as condições necessárias para o desenvolvimento industrial da França no século XIX.

Hoje, o Haiti é considerado pelo Ocidente como o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo. Não seria mais correto falar que se trata de um país empobrecido pelos antigos países colonialistas e escravistas da passagem do capitalismo comercial ao capitalismo industrial? Isso porque, o Haiti se antagonizou com a ordem estabelecida, colonialismo, escravismo e racismo, por países como Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Holanda e os Estados Unidos nos séculos XV-XVIII, tornando-se, em 1804, independente após a única Revolução bem sucedida conduzida pelos escravos negros que, colocou em questão o capitalismo na sua fase comercial dentro da sua lógica, simbólico-ideológica e moral. A independência do Haiti abalou as relações de poder pré-figuradas e estabelecidas. Desse modo, a Revolução haitiana consiste em levantar bandeiras do respeito, da dignidade humana e de um agir moral que alcança os direitos fundamentais dos seres humanos - *avant la lettre!* Os haitianos recusaram-se a serem considerados como mercadorias coisificadas que são vendidas e compradas dentro do chamado processo de acumulação

---

\* *Ismane Desrosiers é haitiano, bacharel e licenciado em Geografia pela Unicamp. Mestre em Geografia pela USP em 2020 onde atualmente é doutorando em Geografia Humana, bem como pesquisador vinculado ao Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN- FFLCH-USP).*

primitiva do capital para se tornarem cidadãos a partir de 1804. Isso faz com que os haitianos estejam presentes, por meio da sua contribuição sociopolítica, na história global da emancipação do homem, especialmente a do homem negro e da mulher negra; enfatizando, de formas variadas, os seus direitos políticos, socioeconômicos e culturais perante a sociedade contemporânea (DESROSIERS, 2020, p. 123).

Por isso, o Haiti incomodou os interesses da burguesia tradicional colonialista, escravista e racista do Ocidente, porque os demais territórios das Américas eram colônias, onde se praticavam a escravidão, mesmo nos Estados Unidos que já eram independentes desde 1776. O Haiti foi visto como um mau exemplo que devia ser repreendido e, assim foi por meio de hostilidades diplomáticas, comerciais e geopolíticas das potências colonialistas e escravistas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos até, pelo menos, a segunda metade do século XIX. Em consequência, foi imposto ao país um triplo bloqueio: político, diplomático e comercial além do não reconhecimento de sua independência. Para reconhecer a independência do país, a França demandou à nação haitiana a redução de metade dos direitos aduaneiros para os navios franceses em seus portos, bem como exigiu o pagamento de uma indenização de 150 milhões de francos-ouro; renegociados treze anos mais tarde, em 1838, para o valor de 90 milhões (WARGNY, 2004, p. 54) de “indenização” por suas perdas durante a Revolução Haitiana (1791-1804). O valor da indenização foi acordado para ser pago até 1886, mas na verdade, seu pagamento se deu até 1952.

Várias foram as ocupações sofridas pelo Haiti, sendo que a dos Estados Unidos (1915-1934) trouxe ainda o apoio aos regimes ditatoriais no país como os de Papa Doc e Baby Doc (1957-1986), seguida de várias intervenções militares e ao embargo econômico entre 1991 a 1993. Cabe salientar, que o Haiti se insere no neoliberalismo com uma instabilidade política, econômico, social e abalado por fenômenos naturais sendo, o mais devastador, o terremoto de 2010, que inviabilizou o desenvolvimento do país. Muitas vezes a imigração se torna uma opção para muitos haitianos em busca de melhores condições de vida em outros países.

O movimento migratório de haitianos começou no período da ocupação americana, quando vários camponeses foram expropriados de suas terras que foram concedidas às empresas dos Estados Unidos que produziam borracha. Contudo, o fenômeno migratório de haitianos se generalizou a partir da segunda metade do século XX, quando o país conheceu uma emigração de mão de obra altamente qualificada de nível superior para a Europa (França e Bélgica), África (Senegal) e América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Essa “fuga de cérebros” ocorreu num contexto de repressão política do governo ditatorial de François Duvalier (Papa Doc). No início do século XXI surge uma nova onda migratória haitiana para a América do Sul, principalmente para o Brasil, caracterizada por uma mão de obra, em sua maioria, desqualificada e que se articula à mobilidade da força de trabalho dentro da estrutura do sistema capitalista mundial baseado no desenvolvimento desigual. Nesse contexto, o Haiti se localiza na periferia do capitalismo, sendo explorado e mal visto pelo Ocidente dominante, no entanto

continua iluminando toda a humanidade no que tange ao respeito aos Direitos Humanos, no sentido de dar a dimensão universal a esses direitos. Somente em 1948, isto é, após mais de 150 anos da abolição da escravidão (1794) no Haiti que a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada e promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inclui o direito de migrar. Portanto, a situação atual do Haiti é o resultado de um projeto historicamente construído pelo Ocidente dominante com a contribuição de certos dirigentes haitianos em detrimento da luta do povo haitiano por melhores condições de vida há mais de duzentos anos.

Dando continuidade à esta breve apresentação, o presente dossiê, composto por artigos de pesquisadores brasileiros, tem por objetivo aprofundar a análise sobre o Haiti e a imigração de haitianos para o Brasil.

O artigo de Fabiana Bezerra Nogueira intitulado *“Democracia e direitos na República Negra da América”* faz uma análise, e apresenta a história de conquistas e reconquistas, das inúmeras lutas e do sangue derramado na tentativa do país ser livre e que, ainda hoje, sofre invasões imperialistas e uma grande investida contra a sua soberania em nome de uma ordem econômica e da negação e aceitação do negro como capaz de se autogovernar e de ser o “autor” de sua própria história.

Priscilla Pachi apresenta o artigo intitulado *“A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo”* no qual analisa a situação dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo ancorando a reflexão a partir da centralidade do trabalho. O texto busca compreender como se dá a inserção laboral desses sujeitos no contexto da reprodução econômica e quais são as suas repercussões na vida social e no espaço da capital paulista.

Flavio Lima apresenta o artigo *“Trajetórias exploratórias na periferia do capitalismo: reflexões a partir dos trabalhadores haitianos na indústria têxtil do noroeste do Paraná”* no qual discute a exploração da força de trabalho dos haitianos que se deslocaram para trabalhar na indústria têxtil do noroeste do estado do Paraná, buscando compreender a emergência das trajetórias migratórias que esses sujeitos realizaram entre 2010 e 2016 e seus desdobramentos, no que tange ao mundo do trabalho. A discussão é apresentada a partir de uma abordagem que reconhece as trajetórias migratórias como parte de um processo complexo de escala ampliada que tem como finalidade última atender as necessidades de funcionamento do mercado de trabalho global.

Bernadete Alves de Medeiros Marcelino apresenta o texto *“A articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia em São Paulo e a comunidade haitiana adventista”*, no qual analisa a “articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia, que culminou em um espaço de celebração para a Comunidade Haitiana Adventista em São Paulo. Na ausência de políticas públicas migratórias brasileiras, muitos desses imigrantes foram acolhidos por instituições de cunho religioso, entre as quais a Igreja Adventista também atuou”.

O artigo de Isis do Mar Marques Martins intitulado *“Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira”* analisa os movimentos políticos

oriundos de um tema bastante controverso entre os estudos migratórios, que nesse texto é tratado como os agiotas da mobilidade. A diversidade das relações de barganha e troca no mundo das migrações promove uma rede de poder em que diversos agenciamentos são colocados, e que na grande maioria dos casos o migrante é sempre o mais escamoteado em detrimento de políticas adversas e reações conflituosas na travessia até o país de destino. A entrada desses imigrantes, muitas vezes, se dá em regiões de fronteira terrestre, que em várias situações exige atitudes de controle e segurança.

O artigo de Alfredo José Gonçalves, *“Um lar para quem não tem casa: considerações sobre a primeira carta de Pedro no contexto da mobilidade humana”*, a rigor não faz parte do dossiê mas está em plena sintonia com os textos que o compõem, na medida em que se propõe a analisar a Primeira Carta de Pedro na interface dos desafios postos à acolhida digna aos migrantes “nos dias de hoje”. Além disso, tendo presente “a perda das raízes e das referências, a luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida, a insegurança longe da própria terra e da pátria, os problemas enfrentados no dia a dia, o preconceito e discriminação de que [os migrantes] são alvos fáceis. Em razão disso, escolhemos a primeira carta de Pedro para estudo. Esta carta nos fornece uma chave de leitura para entender a realidade atual das migrações e também nos aponta algumas pistas para a atuação pastoral”.

Sergio Ricciuto Conte, capista de Travessia, expressa facetas da imigração de jovens haitianas e haitianos na periferia do trabalho e do capitalismo. O conceito de periferia, na arte da capa, dialoga com os debates sobre precarização do trabalho e periferia do capitalismo abordados em alguns textos do dossiê. Além disso, a ideia de periferia é reforçada pelas casas e barracões que circundam o rosto negro do migrante. Rosto negro marginalizado que também evoca a própria condição periférica do Haiti. Em que pese a expressão dessa condição, o sol brilhante como um farol evoca a memória da Revolução de 1804, na qual o Haiti declarou a sua independência das potências europeias colonialistas.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

- CASTOR, S. *L’Occupation Américaine d’Haiti 1915-1934*. CHIDIAC, Port-au-Prince, 1987.
- DESROSIERS, I. *Haiti: da desigualdade social às desigualdades socioespaciais na metrópole de Porto Príncipe*, 2020 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2020.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3 livros, 5 volumes. São Paulo, Abril Cultural, 1988.
- ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 20 de julho. de 2020.
- WARGNY, C. *Haiti n’existe pas: 1804-2004 deux cents ans de solitude*. Éditions Autrement, Paris, 2004.